

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



As ciências sociais aplicadas
e seu protagonismo
no mundo contemporâneo 2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0204-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.046221406>

1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Ciências Sociais Aplicadas: e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2* é composta por 13 (treze) capítulos produtos de revisão de literatura, ensaio teórico, pesquisas qualitativa e quantitativa, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo, discute o *conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)* e os limites e possibilidades das *políticas de Educação do Campo e Territórios da Cidadania na conformação de uma política de agricultura familiar*. O segundo, por sua vez, discute as políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da análise e discussão de um projeto produtivo.

O terceiro capítulo, discute a relação existente entre produção de alimentos em larga escala e a fome no Brasil. O quarto por sua vez, discute as contradições vinculadas à efetivação dos direitos das pessoas com transtorno mental em situações de crise em saúde mental e contradições vinculadas.

O quinto capítulo, discute os resultados da pesquisa acerca das estratégias abordadas pela Biblioteconomia para a preservação/conservação de documentos. O sexto, por sua vez apresenta os resultados de pesquisa realizada em 2021, acerca do contexto de uma *biblioteca pública e o potencial do Estudo de Comunidades neste cenário*.

O sétimo capítulo, discute a administração de instituições públicas de ensino e sua transformação em instituto universitário. O oitavo, por sua vez, discute a relação entre a qualidade do serviço prestado pelo pessoal administrativo e a satisfação dos alunos de uma Instituição de Ensino Superior.

O nono capítulo apresenta *um mapeamento sistemático da literatura, referente às ferramentas utilizados em avaliações de impacto social*. O décimo, por sua vez, discute *o desenvolvimento e o uso de um modelo de diagnóstico capaz de identificar a maturidade da agência reguladora*.

O décimo primeiro, discute os limites e possibilidades no direito brasileiro no contexto da reparação dos danos ambientais e litígios climáticos. O décimo segundo, discute os resultados da pesquisa acerca da relação entre treinamento de equipe e a satisfação do cliente.

E finalmente o décimo terceiro capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da produção em revistas científicas acerca da Música, e como estas produções se conectam com as ciências sociais.

Neste contexto, convidamos o leitor a acessar o material vinculado, produzido a partir da análise investigativa dos autores, conhecer as discussões e reverberar no seu cotidiano profissional.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL DURANTE OS DOIS GOVERNOS DE LULA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Banjaqui Nhaga

Diego de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214061>

CAPÍTULO 2..... 17

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO A PARTIR DE UM PROJETO PRODUTIVO

Frederico Maciel Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214062>

CAPÍTULO 3..... 31

A PRODUTIVIDADE DE ALIMENTOS E A FOME NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESTE CENÁRIO NA PANDEMIA POR COVID-19 EM 2020

Éverson Lucas Coradin

Elis Regina Costa

Taciana Wilke Pires

Adriele Inácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214063>

CAPÍTULO 4..... 35

CONTRADIÇÕES EM TORNO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA ATENÇÃO À CRISE

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Ana Lucia César da Costa

Francisca Maria Soares

Josélia Macêdo de Carvalho Sousa

Maria Ester da Costa

Maria José Girão Lima

Ana Gabrielly da Silva

Maria da Conceição Silva Rodrigues

Tamires Leticia Cardoso da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214064>

CAPÍTULO 5..... 46

A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL

Tatiana Frazão Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214065>

CAPÍTULO 6..... 55

ESTUDO DE COMUNIDADE: A BIBLIOTECA PÚBLICA “JOSUÉ” E SEU ESTIMADO

PÚBLICO

Regina L. Péret Dell'Isola
Raquel Ferreira de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214066>

CAPÍTULO 7..... 73

ADMINISTRACIÓN DE INSTITUCIONES EDUCATIVAS PUBLICAS SIN PRESUPUESTO DIRECTO Y SU TRANSFORMACIÓN A INSTITUTO UNIVERSITARIO DESARROLLANDO LOS EJES ESTRUCTURANTES

Christian Javier Aguas Diaz
J Flores
K.Sarmiento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214067>

CAPÍTULO 8..... 88

CALIDAD DE SERVICIO DEL PERSONAL ADMINISTRATIVO Y SATISFACCIÓN DE LOS ESTUDIANTES EN LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE JULIACA

José Oscar Huanca Frías
Rene Eduardo Huanca Frías
Julio Rumualdo Gallegos Ramos
Juan José Apaza Justo
Ledu Anali Ferreyros Calisaya
Vitaliano Enriquez Mamani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214068>

CAPÍTULO 9..... 99

FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

Isabelly Batista Silva
Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214069>

CAPÍTULO 10..... 120

O USO DE MODELOS DE MATURIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE REGULATÓRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL

Danielle Zanoli Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140610>

CAPÍTULO 11..... 139

A REPARAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS E O NEXO DE CAUSALIDADE NOS LITÍGIOS CLIMÁTICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO

Ana Carolina Benzi Bastos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140611>

CAPÍTULO 12..... 161

CAPACITACION DE PERSONAL Y SATISFACCION DEL CLIENTE DEL SUPERMERCADO

PLAZA VEA-JULIACA

José Oscar Huanca Frias
Rene Eduardo Huanca Frías
Julio Rumualdo Gallegos Ramos
Juan José Apaza Justo
Ledu Anali Ferreyros Calisaya
Vitaliano Enriquez Mamani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140612>

CAPÍTULO 13..... 172

MÚSICA & CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR EM ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 2015 E 2019

Rogério de Brito Bergold

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140613>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 195

ÍNDICE REMISSIVO..... 196

CAPÍTULO 1

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL DURANTE OS DOIS GOVERNOS DE LULA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Data de aceite: 01/06/2022

Banjaqui Nhaga

Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG).
Campina Grande-PB

Diego de Souza

Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Bolsista Capes-DS desde março de 2011. Integrante do Grupo de Pesquisa Práxis, no PPGCS (UFCG).
Pesquisador colaborador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a América Latina Contemporânea (GEPALC – UFPB, João Pessoa-PB)

Artigo apresentado ao professor Márcio Caniello na disciplina Sociedades Camponesas, como requisito para obtenção da nota final na referida disciplina, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

RESUMO: A dinâmica rural brasileira passou por muitas transformações nos últimos anos. E, cumpre um papel importante nessa conjuntura à implementação de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A partir desse cenário, o objetivo desse artigo é analisar as possibilidades e os limites

das políticas de Educação do Campo e Territórios da Cidadania na conformação de uma política de agricultura familiar que ocupe, por um lado, um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e, por outro lado, assuma um lugar de destaque no sistema produtivo brasileiro. Procuraremos alcançar nossos objetivos a partir da análise dos documentos “Agricultura Familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006” e “Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011”, assim como de outros documentos disponibilizados no sítio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Políticas Públicas de Desenvolvimento Agrário. Governo Lula da Silva. Políticas Desenvolvimentistas.

1 | INTRODUÇÃO

A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental

e disponibilidade de mão-de-obra.

Este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades - 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por consequência nas grandes metrópoles.

A dinâmica rural brasileira passou por muitas transformações nos últimos anos. E, cumpre um papel importante nessa conjuntura à implementação de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A Política Nacional de Agricultura Familiar, implementada pela lei 11.326 de 24 de julho de 2006, foi um marco na história da agricultura familiar brasileira, garantindo-lhe mais financiamento, mais infraestrutura para a comercialização de seus produtos, e fez das políticas públicas de desenvolvimento rural (como os Territórios da Cidadania e a Educação do Campo) um instrumento de redução das desigualdades sociais através da inclusão produtiva das famílias pobres e do oferecimento de uma educação contextualizada capaz de formar tecnologia social eficiente.

A partir desse cenário, o objetivo desse artigo é analisar as possibilidades e os limites das políticas de “Educação do Campo” e “Territórios da Cidadania” na conformação de uma política de agricultura familiar que ocupe, por um lado, um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e, por outro lado, assuma um lugar de destaque no sistema produtivo brasileiro. Procuraremos alcançar nossos objetivos a partir da análise dos documentos “Agricultura Familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006” e “Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011”, assim como de outros documentos disponibilizados no sítio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na primeira parte do artigo, o objetivo é apresentar algumas referências sobre a agricultura familiar no Brasil tendo como base o “Censo Agropecuário 2006” e o “Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011”. No primeiro documento, encontramos dados sobre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar; sobre a distribuição dos estabelecimentos em cada região do Brasil; sobre o número de pessoas ocupadas pela AF e pela ANF¹; sobre o Valor Bruto de Produção da AF e da ANF; sobre produção de alimentos; sobre financiamento, entre outros dados. No segundo documento, utilizamos os dados sobre a política de Educação do Campo, sobre financiamento, sobre políticas de desenvolvimento territorial, entre outros.

Na segunda parte, fazemos uma análise das políticas públicas de desenvolvimento rural no ciclo desenvolvimentista do governo de Lula da Silva, especificamente das políticas Territórios da Cidadania e Educação do Campo, procurando avaliar o impacto que elas causaram na conformação de uma política de agricultura familiar comprometida com a

¹ AF – Agricultura Familiar; ANF – Agricultura Não Familiar.

redução das desigualdades no país.

2 I AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O reconhecimento da agricultura familiar como um setor produtivo da economia brasileira é muito recente. E, por isso, esse tipo de produção enfrenta muitas dificuldades. O conceito de “agricultura familiar” foi definido pela lei 11.326 de 24 de julho de 2006². Essa lei garantiu a participação dos agricultores familiares no planejamento, implementação e financiamento de políticas públicas para o setor agrícola. Antes desta data, algumas conquistas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) já tinham sido estabelecidas, mas a agricultura familiar continuava sendo depreciativamente chamada de pequena agricultura ou agricultura de subsistência

Segundo a lei 11.326(Política Nacional de Agricultura Familiar), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O mais frequente é que uma família esteja associada a apenas um estabelecimento agropecuário, mas existem exceções. Assim, ao considerar cada estabelecimento como uma unidade familiar, o Censo Agropecuário 2006 pode conter pequena superestimação. Mas esta variação não seria muito significativa, pois, segundo a PNAD 2007, produtores com mais de uma área de empreendimento representavam apenas 0,8% do total.

2.1 Agricultura familiar e Censo Agropecuário 2006

A Lei 11.326/2006 possibilitou a realização pela primeira vez na história do país de um censo agropecuário para quantificar o potencial econômico e social da agricultura familiar na produção de alimentos básicos, trabalho e renda, fixação das populações rurais, preservação ambiental e outros indicadores sobre as contribuições da agricultura familiar para a segurança alimentar e a geração de riquezas. O Censo identificou 4,2 milhões de famílias brasileiras em que as principais atividades econômicas estão relacionadas com a produção agrícola familiar.

Nesse Censo, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura

² Portanto, só no segundo semestre do último ano do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Enquanto isso, durante todo o primeiro mandato de Lula, o agronegócio foi o carro-chefe dos saldos positivos na balança comercial do país. Apesar do aumento do financiamento para a agricultura familiar durante o segundo governo de Lula, a política agrícola privilegiada pelo governo tinha no agronegócio sua sustentação. A política econômica do governo Lula de exportação de commodities (produtos com baixo valor tecnológico agregado) para os países sul-americanos, China e Estados Unidos, tem no agronegócio sua base de sustentação. A pergunta que devemos fazer é qual o lugar da agricultura familiar na política agrícola brasileira?

familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Ocupam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os dados mostram uma estrutura agrária demasiadamente concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. Ou seja, os estabelecimentos não familiares são demasiadamente maiores do que os estabelecimentos familiares.

Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) gerado, isto é, o VBP dos pequenos e médios agricultores rurais foi de 54 bilhões de reais³. A agricultura não familiar, por sua vez, foi responsável por 62% do VBP, correspondendo à cifra de 89 bilhões de reais. Estes números mostram que apesar de os estabelecimentos familiares serem extremamente menores do que os não familiares, os primeiros conseguem obter uma produtividade muito relevante; com qualidade, sustentabilidade e empregando um número muito maior de pessoas em suas atividades.

Outro dado importante é a participação da agricultura familiar no pessoal empregado⁴. O número de pessoal empregado nessa forma de produção ultrapassou a marca de 12 milhões de pessoas, representando 74,4% do pessoal ocupado na agricultura no Brasil em 2006. A agricultura não familiar, dado o grau de mecanização e de destruição das relações sociais de produção que ele introduziu meio rural, empregou apenas 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% do pessoal empregado na agricultura.

Embora exista uma tendência de redução das pessoas ocupadas na agropecuária brasileira como um todo desde 1985, a agricultura familiar foi capaz de reter um maior número de ocupações que a agricultura não familiar. O número total de pessoas ocupadas na agricultura familiar em 2006 é mais de duas vezes superior ao número de ocupações geradas pela construção civil, um dos principais setores responsáveis pelo crescimento da economia brasileira nos últimos anos, especialmente durante os dois governos de Lula da Silva. Em termos comparativos, entre 1996 e 2006, a agricultura familiar ampliou a sua participação no total de estabelecimentos (de 85 para 88%), da área (de 31 para 32%), e de pessoas ocupadas na agricultura brasileira (de 77 para 79%).

O número de pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias – a pluriatividade – no interior do estabelecimento era reduzido: apenas 169 mil pessoas na agricultura familiar e 53 mil pessoas nos estabelecimentos não familiares. Entretanto, 26% dos estabelecimentos familiares não tinham seu produtor com dedicação exclusiva.

3 Entre 1996 e 2006 cresceu o Valor Bruto da Produção da agricultura familiar e sua participação no VBP Total. Cresceu em âmbito nacional, de 38 para 40% e em todas as regiões do país, especialmente no Norte e no Nordeste, onde o crescimento foi de 11% e 9%, respectivamente. A agricultura familiar gera um VBP de R\$ 677/há, que é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar (R\$ 358/há).

4 A agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas por 100ha, enquanto a agricultura não familiar ocupa 1,7 pessoas por 100ha.

Em termos de distribuição do número de estabelecimentos da agricultura familiar por região, temos a seguinte configuração: 50% dos estabelecimentos estão na região Nordeste, 19% no Sul, 16% no Sudeste, 10% no Norte e 5% no Centro-Oeste. A Bahia é o estado com o maior número de estabelecimentos familiares (15% do total), seguida de Minas Gerais (10%). Estes dois estados possuem, também, as maiores áreas com estabelecimentos familiares, 9,955 milhões e 8,845 milhões de hectares, respectivamente.

2.2 Produção de alimentos

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de hectares) a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Os dados do Censo Agropecuário 2006 registram que 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos⁵, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo têm origem nas pequenas propriedades de administração familiar. Mesmo a soja, tem 16% de sua produção nacional neste segmento. Na Região Sul (RS, SC, PR) os agricultores familiares são 80% dos produtores e ocupam apenas 30,6% das áreas de produção.

A agricultura familiar respondia por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esta participação menor nas receitas, em parte, é explicada porque apenas três milhões (69,0%) dos produtores familiares declararam ter obtido alguma receita no seu estabelecimento durante o ano de 2006, ou seja, quase um terço da agricultura familiar declarou não ter obtido receita naquele ano. A receita média era R\$ 13,6 mil/ano, especialmente com a venda de *produtos vegetais* que representavam mais de 67,5% das receitas obtidas; vendas de *animais e seus produtos* (21,0%); nas demais receitas se destacavam *prestação de serviço para empresaintegradora* e de *produtos da agroindústria* familiar.

A exemplo das receitas, a *produção vegetal* era a principal produção (72,0%), especialmente com as lavouras temporárias (42,0% do valor da produção) e permanentes (19,0%). Em segundo lugar no valor da produção, o destaque ficou com a *atividade animal* (25,0%), especialmente com animais de grande porte (14,0%).

2.3 Financiamento para a agricultura familiar

Os números de 2006 mostram que 781 mil estabelecimentos familiares praticaram a captação de recursos, sendo o custeio a principal finalidade (405 mil estabelecimentos), seguido da finalidade de investimento (344 mil estabelecimentos), além da comercialização (8 mil estabelecimentos), manutenção do estabelecimento (74 mil estabelecimentos). O Censo Agropecuário 2006 registrou mais de 3,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar que não obtiveram financiamento.

Mais de 1,7 milhão de produtores familiares declararam ter recebido outra receita

⁵ Apesar de cultivar uma área menor com pastagens (36,4 milhões de há) a agricultura familiar é importante fornecedora de proteína animal.

além daquela obtida no estabelecimento (aposentadorias ou pensões, 65%) e salários com atividade fora do estabelecimento (24%). O valor médio anual destas receitas foi de R\$ 4,5 mil para a agricultura familiar, com valor médio mensal de R\$ 475,27. Mais de R\$ 5,5 bilhões chegaram aos produtores familiares por meio de aposentadorias, pensões e programas especiais dos governos em 2006.

2.4 Ampliação do Crédito – Pronaf

Os financiamentos do Pronaf alcançaram R\$ 8.997.904.044,00 aplicados na safra 2007/2008. Para a safra 2008/2009 foram disponibilizados R\$ 13 bilhões para agricultura familiar. O Pronaf está presente em 5.387 municípios (96,83% do total) e em todas as macrorregiões do país.

Novas linhas de financiamento foram implementadas e/ou fortalecidas, destacando-se especialmente aquelas destinadas à promoção da sustentabilidade ambiental de empreendimentos familiares. É o caso do Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semi-árido e mais recentemente o Pronaf Eco, com taxas de juros entre 1% e 5% ao ano, a depender do montante das operações realizadas pela família de agricultores. Destaca-se também a ampliação do acesso das mulheres e jovens aos recursos do Pronaf por meio de linhas de crédito específicas voltadas para esse público.

Foi criada uma linha de financiamento específico para o investimento em equipamentos que permitam a elevação da produção e/ou produtividade dos principais alimentos consumidos no Brasil: milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, caprinos e ovinos. Com esta ação, espera-se contribuir para a redução dos efeitos dos preços dos alimentos sobre a inflação.

No ano de 2008 foi feito, também, um grande movimento em direção à ampliação do acesso ao crédito rural do Pronaf, com a simplificação das condições de enquadramento dos beneficiários, o que permitirá aos agricultores acessarem o crédito rural de forma simplificada, permitindo a redução da assimetria da informação.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF, importante mecanismo de equivalência, incorporado ao crédito Pronaf desde 2007, poderá assegurar 97% dos contratos de Pronaf Custeio para a safra 2008/2009. As culturas amparadas pelo PGPAF a partir de 2008 são: algodão em caroço, alho, amendoim, arroz, borracha natural, café, caprinos e ovinos, cará, castanha de caju, castanha do Brasil, cebola, cera de carnaúba, feijão, girassol, inhame, juta, leite, malva, mamona, mandioca, milho, pimenta do reino, pó cerífero de carnaúba, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

Ainda com relação ao PGPAF, uma importante medida foi a ampliação da garantia de preços para as operações de investimento do Pronaf. Com esta ampliação, os agricultores passam também a ter segurança para ampliar a infra-estrutura produtiva, o que permitirá elevar a oferta de alimentos e a renda das famílias.

Houve empenho do governo para garantir novos prazos e condições mais adequadas

para lidar com as parcelas das dívidas vencidas em 2008 às famílias agricultoras que sofreram nas safras anteriores com problemas climáticos ou de flutuações de preços. O resultado direto foi a renegociação das dívidas, tratando o passivo do crédito rural. Os agricultores contaram com medidas de renegociação que estão atendendo 611 mil agricultores em todo o país, permitindo a recuperação de R\$ 1,24 bilhões em crédito inadimplido. Os agricultores da reforma agrária, incluídos o antigo Proceara e os grupos “A” e “AC” do Pronaf, respondem por R\$ 643 milhões do total que está sendo renegociado.

3 | OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Diante das dificuldades impostas pelo tipo de produção e consumo capitalistas, a agricultura familiar tem se apresentado como um tipo de produção que possui uma racionalidade diferenciada e inovadora, mas para que esse processo acompanhe as problemáticas do mundo contemporâneo é necessário incorporar novas tecnologias; ampliar o financiamento; oferecer infraestrutura para a comercialização de seus produtos; estabelecer uma comunicação eficiente de massa (TV, *Internet*, Rádio) entre agricultores familiares, instituições governamentais (Governo Federal, Estados e Municípios) e privadas, e mercado consumidor, entre outras coisas.

O desafio é maior se for considerada a diversidade de situações. Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município. No Norte há dificuldades de comercialização pela distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção. No Nordeste são minifúndios inviáveis economicamente. No Sudeste é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores. No Sul é a concorrência externa de produtos do MERCOSUL.

Olhando o futuro há dois aspectos. Um otimista e um, que não sendo pessimista, é desafiante. É otimista verificar que há vários modelos de sucesso no esforço de desenvolvimento, quando os obstáculos são eliminados. Mais que isto, é verificar que as experiências de sucesso têm pressupostos comuns: organização de produtores, qualificação de mão-de-obra, crédito, produtos com valor agregado e emprego de tecnologias adequadas desenvolvidas pela pesquisa agropecuária.

As condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura familiar enquanto um setor produtivo capaz de ocupar cada vez mais um papel relevante no desenvolvimento econômico e social do país depende da efetividade de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural, tais como os Territórios da Cidadania e a Educação do Campo. Pois, essas políticas públicas fornecem possibilidades de elaboração de estratégias que tenham por objetivo enfrentar as problemáticas encontradas no campo atualmente: acesso a uma educação contextualizada, capaz que formar tecnologia social; desenvolvimento territorial sustentável, capaz de lidar com os problemas ambientais do nosso tempo, como

por exemplo, a desertificação no Nordeste do Brasil; combate à pobreza através da inclusão produtiva das populações pobres; e a participação social das comunidades nos processos de implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: O CICLO DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010)

O conceito de desenvolvimento territorial representa uma categoria analítica em construção e em disputa, tanto no plano teórico quanto no plano político-ideológico. Mais que um conceito com sua definição formal, trata-se de uma abordagem ou de um enfoque, a partir do qual se percebe e se busca intervir sobre uma realidade. Nesse sentido, pode ser concebida muito mais como uma ferramenta de análise a ser utilizada por um conjunto diversificado de forças sociais que tenha uma identidade sócio-política, uma visão do futuro e objetivos comuns.

Portanto, a adoção dessa abordagem pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário parte da crítica a dois processos que estimularam os formuladores e operadores das políticas públicas a elaborar e implementar uma política de desenvolvimento baseada na perspectiva da territorialidade. De um lado, as políticas de desenvolvimento rural podem ser consideradas “insuficientes” ou não proporcionaram “melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidades” das populações rurais. De outro lado, as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural configuram uma nova ruralidade, formada com base nas “múltiplas articulações inter-setoriais” (NEAD, 2003).

Segundo Torrens (2007), essa perspectiva supõe uma concepção diferenciada de abordar as práticas tradicionais de planejamento e gestão das políticas públicas, uma vez que aponta para o rompimento de uma visão centralizadora dos processos de elaboração das estratégias de desenvolvimento, como sendo fruto de uma “lógica vertical descendente” da ação do Estado, em suas distintas instâncias. Além disso, introduz a dimensão da participação social nas diferentes etapas do processo de descentralização das políticas públicas, ou seja, tanto no momento de sua elaboração, quanto na fase de sua implementação, monitoramento e avaliação dos resultados.

Porém, pensar rural a partir de uma concepção territorial significa afirmar que o desenvolvimento não deve criar oportunidades apenas as populações restritas as aglomerações urbano-industriais. Portanto, no caso específico dos desafios relacionados ao processo de descentralização das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, estes ainda são grandes e complexos, principalmente pela necessidade de se atender as especificidades e as diferenças culturais dos vários grupos e povos existentes no país.

Analisando essa problemática, no ano de 2003, o governo Lula, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA,

iniciou uma política de “promoção de desenvolvimento dos territórios rurais”, considerando que esses são “espaços de integração, articulação e concertação da diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam”. Nesse mesmo ano iniciou-se a execução dessa política cujas ações ligadas ao Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais – PRONAT, inserido no plano plurianual (2004-2008).

Segundo o relatório síntese do Seminário Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, “formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns”. As discussões realizadas nesse seminário destacaram também a existência de duas propriedades fundamentais de um território: de um lado, trata-se de uma realidade em evolução, ou seja, deve ser percebido como uma configuração mutável, provisória e inacabada e, do outro lado, é resultado simultâneo dos jogos do poder e dos compromissos estabelecidos entre os atores sociais (MDA/CONDRAF, 2005).

Portanto, nessa perspectiva, o rural deve ser considerado a partir de suas múltiplas dimensões e não apenas na sua função básica voltada à produção de alimentos. O rural visto sob o enfoque territorial engloba também a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, a preservação do patrimônio cultural e das formas de reprodução dos saberes e conhecimentos tradicionais acumulados, a geração de oportunidades de ocupação em atividades não agrícolas, a articulação com os demais setores econômicos, a preservação de formas de sociabilidade e convivência social vinculada a um conjunto de valores e princípios de vida, a articulação de um arcabouço institucional e organizativo específico, o compartilhamento de identidades culturais particulares (TORRENS, 2007).

4.1 Educação do Campo

Um dos traços fundamentais que vem desenhando o movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantem o seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo. Isto é, de um lado, o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do outro lado, o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. São os movimentos sociais que agora reivindicam uma educação que leve em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo, que sirva para os povos do campo e se centre na formação humana, partindo da centralidade do trabalho como princípio educativo (MOLINA, 2006).

Ademais, merece ainda ser observado que, em razão de fazer parte da busca legítima e meio que instintiva de afirmação de identidade própria, nas suas relações com outros grupos e com o Estado, por vezes, esses sujeitos sociais, ao buscarem “educação pública como tarefa do Estado” resvalam a comportamentos ou impulsos corporativistas. Ou seja, ao mesmo tempo em que se pautam pelos princípios republicanos da busca do

atendimento igual por parte do Estado, buscam também, formas de atendimento particular aos interesses de formação de sua base social específica, (MOLINA, 2006).

De acordo com Molina, em outros termos, esses sujeitos sociais vivem uma espécie de dilema. Isto é, buscar o patamar da política pública, que quer dizer universalé definido como estratégia básica, maior e mais nobre de suas ações. De outro lado, porém, isso implica para cada um desses sujeitos sociais, renunciar, pelo menos em parte, as condições de formação de sua identidade na medida em que transfere ao Estado a tarefa da formação. É compreensível, pois, que, nas lutas de hegemonia entre os próprios sujeitos sociais e nas suas relações com o Estado, eles reivindicam do Estado como educador, mas procuram ao mesmo tempo e a partir de suas próprias experiências pedagógicas, informar e mesmo influir diretamente nessas ações que se dão dentro do sistema público (2006).

Inicialmente, e no o intuito de introduzir a questão, convém destacar o fato de que o MEC, depois de mais 70 anos de existência, somente agora, neste milênio e a partir do atual governo (Lula) se dispôs a criar um espaço formal para acolher e formar as discussões em torno da elaboração de uma política nacional da educação do campo. Ressalta-se que, tal como reivindicado, essa função vem sendo executado levando-se em conta as vozes dos próprios sujeitos do campo que protagonizam e reivindicam esse espaço de política (MOLINA, 2006).

Portanto, essa iniciativa, no aparato estatal brasileiro, faz o atual governo, sem duvida, merecer reconhecimento pela iniciativa, do outro lado, por ser tão tardia ou tão recente, anuncia uma situação ainda muito incipiente na estrutura da máquina governamental e frágil na estrutura do Estado, (2006).

De forma geral, a educação é evocada no projeto do governo Lula como “área de prioridade máxima” cujo esforço seria direcionado a “revolução de qualidade”. Para Lula, o Brasil só poderá ocupar seu verdadeiro papel no mundo se formar melhor sua juventude, se aperfeiçoar seus quadros técnicos, se criar novas gerações pensantes. A partir daí, é possível pensar a ideia de educação do campo ventilada nas falas oficiais e que na contramão do discurso, ou seja, na análise do real evidenciam um quadro de precarização a despeito das lutas e conquistas dos movimentos sociais do campo com programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Em síntese, como tarefa da Secad/Coordenação-Geral de Educação do Campo, no âmbito do MEC nesse momento histórico, consta mediar um processo de construção de uma política pública de Educação do Campo, levando em conta contradições de, pelo menos, três ordens: a luta de hegemonia inerente às organizações populares e suas manifestações corporativistas; as barreiras internas e arraigadas na estrutura do MEC e, na estrutura de todo o aparato governamental e estatal; e, por fim, as reações de fundos mais classista, cuja manifestação, ainda que muito dissimulada, ao olhar crítico é percebido nos próprios paradigmas da educação nacional vigente e, contra o que, por excelência, a ideia de Educação de Campo se insurge (MOLINA, 2006).

Entretanto, se as diretrizes operacionais significam um ponto de inflexão, entendido, pois, como um ponto de chegada dos movimentos e organizações sociais do campo na sua luta pelo direito a educação, um ponto de partida da ação do Estado no cumprimento de dever de garantir a educação apropriada aos povos que vivem no campo, coube ao atual governo federal dar início e desencadear um processo de fazer das diretrizes, instrumento efetivo de mudança da vida da escola no interior do município brasileiro (MOLINA, 2006).

No primeiro ano do governo Lula, funcionou, no âmbito do MEC, a partir de portaria assinalada pelo ministro Cristovam Buarque, em Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Um GPT formado por representantes das diversas secretarias do MEC, por representantes de outros ministérios e por instituições da sociedade civil organizada que contava com práticas no campo da Educação do Campo. Por cerca de um ano, esse grupo trabalhou no sentido de produzir um diagnóstico da Educação do Campo no Brasil, e traçou uma estratégia de divulgação e implementação das Diretrizes Operacionais que deveria ocorrer a partir de ação coordenada entre as esferas dos governos e movimentos e organização sociais. Após um interregno que se inicia com a mudança de ministro, na passagem do primeiro para segundo ano de mandato do governo Lula, até a afirmação, nos meses subsequentes, Secad no novo desenho de estrutura administrativo do MEC, os trabalhos da CGEC, com coordenador definitivo, se iniciam efetivamente em princípios de agosto de 2004. Fato que coincide com a realização da II Conferência Nacional da Educação do Campo, realizada em Luziânia, (MOLINA, 2006).

Por outro lado, no documento, “um Brasil para toda nomação popular dada ao PPA do Governo Federal para o período de 2004-2007, com valor estimado em US\$ 150 bilhões/objetivou, progressos econômicos, social, regional, ambiental e democrático. Entretanto, os programas finalísticos deste PPA foram estruturados em três grandes conjuntos de objetivos intitulados “megaobjetivos”: inclusão social e redução das desigualdades, crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades sociais e, promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, com cinco áreas estratégicas a serem alcançadas nas políticas públicas nacionais: social (objetivando a inclusão social e redução das desigualdades), economia (visam à geração de emprego e renda), regional (diminuição das desigualdades regionais), ambiental (com vistas ao desenvolvimento sustentável) e democrática (formação, promoção e fortalecimento da cidadania com vistas à consolidação da democracia). A prioridade na inclusão social é também refletida no financiamento – gastos sociais, 57%; crescimento, 33%; e participação da sociedade, 10% (MDA, 2004).

O megaobjetivo “inclusão e redução das desigualdades sociais”, que contém a ação de “ampliar o nível e a qualidade de escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país”, teve como planejamento de gastos de 57% do valor total planejado em todo PPA, indicando possível prioridade do governo com as questões sociais (GAMA, 2008).

Portanto, dentro do megaobjetivo “crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades sociais”, foram alocados para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, recursos financeiros no valor total de R\$129.599.968,00 para o programa de educação do campo, tendo como meta a capacitação e formação de 15.302 profissionais de nível médio, concessões de bolsas para atender 1.882 profissionais capacitados, escolarização de 145.892 jovens e adultos trabalhadores rurais, formação de 9.635 profissionais de nível superior e 515 bibliotecas rurais implantadas. Entretanto, os investimentos metas planejados no plano plurianual no período de 2004-2007 fazem deste programa, em termos qualitativos, o maior do Governo Federal em atenção a Educação do Campo.

No que diz respeito aos recursos sob a responsabilidade da execução do MEC/Secad para atender o espaço do campo, a Coordenação de Educação do Campo, foi responsável por duas ações dentro do megaobjetivo de “promoção e expansão da cidadania, conforme registra o documento panorama da Educação do Campo (MDA, 2009).

De acordo com PPA 2004/2007, especificamente a ação 0946 – “Apoio a Educação do Campo” tem um valor planejado de R\$ 16.499.999,00 e meta de beneficiar 114.309 alunos e para ação OB82, intitulada “Apoio a educação integrada com qualificação social e profissional para o desenvolvimento local no campo”, foram previstos recursos na ordem de R\$ 10.000.000,00, com meta de beneficiar 10.000 alunos.

Em 2008, o Governo Federal garantiu a permanência e o acesso à educação formal a 24.010 jovens e adultos beneficiários das áreas de reforma agrária, assim distribuídos: 17.019 alunos em cursos de alfabetização e de ensino fundamental, 6.951 alunos em cursos de nível médio e superior, e 40 alunos com concessões de bolsas de capacitação profissional em Assistência Técnica Pedagógica e social. Os cursos foram realizados por instituições de ensino pública e civis sem fins lucrativos, por meio de convênios ou termo de parceria (MDA, 2009).

4.2 Territórios da cidadania

De acordo com o relatório do Ministério da Administração Agrária (2009), nos últimos anos, o Brasil avançou na redução das desigualdades sociais regionais. Portanto, para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida de brasileiros que vivem em regiões que mais precisam especialmente nos meios rurais, o Governo Federal lançou, em 2008, o programa territórios da cidadania.

Porém, o território da cidadania tem como objetivos, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. No entanto, a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. O território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica.

Assim, maiores que o município e menores que o estado, os territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, sendo que, isso contribui no planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (MDA, 2009).

4.2.1 Balanço das ações do Governo Federal em 2008

A atuação integrada do Governo Federal com estados, municípios e a sociedade civil, promove melhorias para as populações dos territórios da cidadania. Em 2008, o Governo Federal destinou R\$ 9,3 bilhões para o pagamento de 180 ações e serviços realizados nos 60 Territórios da Cidadania atendidos pelo programa em todo o país. Outras obras e serviços autorizados no ano em curso (2008) continuam sendo desenvolvidos em 2009.

Portanto, quanto aos investimentos do Governo federal por eixos de ação em 2008, foi possível constatar que, foi aplicada uma quantia de R\$ 1,4 bilhões para 77 ações em apoio a atividades produtivas; R\$ 6,4 bilhões a 55 ações em apoio à cidadania e direitos e R\$ 1,5 bilhões para 48 ações em apoio à qualificação da infraestrutura, totalizando um valor estimado em R\$ 9,3 bilhões sendo que, estes valores foram aplicados até o dia 31 de dezembro de 2008. Para estas ações do Governo Federal com destinos as áreas rurais, foram destacadas 3.762 equipes do Programa Saúde Bucal para todos os Territórios da Cidadania, sendo que a meta era de 3.522 equipes; 5.520 equipes do Programa Saúde da Família estão implantadas nos Territórios da Cidadania e a meta era de 5.316 equipes; 270 municípios foram atendidos pelo Programa Caminho da Escola nos Territórios da Cidadania e a meta era de 121 municípios; 3.037.479 famílias foram referenciadas no Programa de Atenção Integral a Família nos Territórios da Cidadania, a meta era de 2.517.489 famílias; e por último, foram instaladas 667 bibliotecas do Programa Arca das Letras nos Territórios da Cidadania, sendo que a meta era de 498 bibliotecas.

4.2.2 Ações do Governo Federal em 2009

O Governo Federal, em 2009, destinou cerca de R\$ 23,5 bilhões para realização de 180 ações nos 120 Territórios da Cidadania. Portanto, em março de e abril de 2009, o Governo Federal, em parceria com os estados, estaria nos 120 Territórios da Cidadania, além de apresentar um balanço das ações realizadas nos 60 Territórios atendidos em 2008. Porém, cada ação que o Governo Federal apresenta aos Territórios pode ter uma dinâmica da execução diferenciada. Portanto, uma das tarefas dos Colegiados Territoriais é verificar como podem contribuir para garantir a execução. Entre as principais contribuições, pode-se destacar: apresentação de projetos; definição da localização de investimentos; articulação com conselhos setoriais ou comitês; incentivo ao consorciamento municipal para a execução de determinadas ações; ou fazer o controle social.

Quanto ao investimento dos recursos do Governo Federal por eixos de ação

destinados aos Territórios da Cidadania, foi possível observar a aplicação de R\$ 5,5 bilhões para 62 ações em apoio a atividades produtivas; R\$ 13,8 bilhões 82 ações com finalidade de apoiar a Cidadania e Acesso a Direitos e; R\$ 4,1 bilhões para 37 ações em apoio à Qualificação da Infraestrutura, totalizando uma quantia de R\$ 23,5 bilhões, o que mostra que, o Governo Federal dobrou os números territórios em relação ao ano de 2008 e um aumento consideravelmente maior de recursos em 2009.

Em 2009, o Governo Federal mobilizou 15 Ministérios e 09 órgãos do Governo, incluindo as secretarias e bancos. No entanto, durante o primeiro período de 2009, foram destinados para as cinco regiões do Brasil os seguintes valores: Região Norte com 3.474.759.075,28; Região Nordeste 6.517.647.689,76; Região Centro-Oeste 1.611.718.185,76; Região Sul 2.028.379.516,22 e a Região Sudeste com 2.273.924.898,59, totalizando um valor de 17.160.565.744,93, e 05 do Brasil. Por outro lado, na Região Norte foram incluídos 27 territórios e na região Nordeste 56 Territórios, na medida em que podem ser consideradas as regiões mais necessitadas dos recursos do Governo Federal, pelo alto índice de pobreza apresentados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste trabalho, que persegue o objetivo de avaliar a implementação de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), especificamente as políticas “Territórios da Cidadania” e “Educação do Campo”, e os impactos que causaram na conformação de uma política de agricultura familiar comprometida com a redução das desigualdades sociais, demonstrou grande esforço por parte do Governo Federal na tentativa de atingir suas metas e objetivos durante esse período, na medida em que, o reconhecimento da agricultura familiar como um setor produtivo da economia brasileira é muito recente.

No decorrer das leituras dos documentos-referências do MDA/SDT nos defrontamos com recorrência das categorias Territórios da cidadania, educação do campo agricultura familiar, participação e gestão social, entre outras, que podem ser tomadas como elementos centrais na estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial.

Como foi possível observar, o ano 2008 foi bastante estratégico para a Assistência e Técnica e Extensão Rural no Brasil, na medida em que continuam avançando na busca de redução de desigualdades regionais: com demonstrativo dos recursos empenhados para as regiões, 57% dos recursos das ações foram destinados ao atendimento de agricultores familiares das regiões Norte e Nordeste, 14% para as regiões Centro-Oeste. Avançou-se, também, no campo da inovação tecnológica e disponibilização de tecnologias: contratou-se, 158 projetos com universidades em parceria com CNPq, por tecnologias, extensão e intervenção universitária. Além disso, foi estabelecida parceria com a EMBRAPA

para disponibilização de tecnologias para a agricultura familiar com mais de 1400 ações de transferência, estabelecendo o processo de integração entre pesquisa e Ater para agricultores familiares em todos os estados. Por outro lado, foi possível encontrar grande esforço por parte do Governo em tentar descentralizar as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, tentando atingir todo território. Observa-se, porém, que os desafios relacionados ao processo de descentralização das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável ainda são grandes e complexos, principalmente pela necessidade de se atender as especificidades e as diferenças culturais dos vários grupos e povos existentes no país.

REFERÊNCIAS

Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários. Comunicação Social30 de setembro de 2009. Disponível no site http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1. Acesso em 20 de março de 2012.

GAMA, S. M. F. **Financiamento da Educação do Campo na Amazônia paraense: uma análise no investimento do Ministério da Educação no Estado do Pará.** Sonia Maria Fonseca Gama. Belém, 2008.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Agricultura Familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006.** Brasília, setembro de 2009. Disponível no site <http://www.mda.gov.br/portal/#>. Acesso em 10 de março de 2012

_____. **Revista Territórios da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades.** Março de 2009. Disponível no site <http://www.mda.gov.br/portal/#>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011.** Brasília, 2009. Disponível no site <http://www.mda.gov.br/portal/#>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____./SDT. **Referências conceituais do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.** CONDRAF/NEAD, 2003.

_____. **Reforma Agrário e desenvolvimento sustentável** / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

MOLINA, M. C. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexões.** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PORTUGAL, A. D. **O Desafio da Agricultura Familiar.** Disponível no site <http://www.embrapa.br/impressa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em 20 de março de 2012.

SILVEIRA, P. R. **Agricultura Familiar no Brasil: Algumas Referências**. Disponível no sítio <http://w3.ufsm.br/agriculturafamiliar/downloads/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20-%20Paulo%20Silveria.pdf>. Acesso em 10 de março de 2012.

TORRENS, J. C. S. **Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste de Paraná**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Projeto de Cooperação Técnica FAO/MDA: Curitiba, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Abordagens interdisciplinares 172
- Administración pública 73, 86, 89
- Agências reguladoras 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 137, 138
- Agricultura familiar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 15
- Antropologia musical 174
- Avaliação de impacto 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 110, 112, 115, 116

B

- Biblioteca pública 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 70, 71, 72
- Biblioteconomia 46, 47, 61, 67, 71

C

- Centros de atenção psicossocial 38, 39
- Cliente 97, 98, 110, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171
- Comunidades rurais 18, 19, 20, 21, 23, 28, 29
- Conservação de documentos 46, 47, 53, 54
- Contexto social 59, 61, 100
- Convívio social 36
- Coronavírus 19 (Covid-19) 31, 34, 40, 42, 61

D

- Dimensões da realidade social 18
- Dinâmica rural brasileira 1, 2

E

- Educación superior 73, 74, 75, 78, 80, 84, 86, 87, 89
- Escala de maturidade 121, 122, 123, 124, 125, 126, 136, 137
- Estratégia de preservação 50
- Estudo de comunidades 55, 59, 60, 62, 172
- Eventos climáticos extremos 140, 143

G

- Gestão da vida 36

I

Iluminação 52

Impacto social 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118

Insegurança alimentar 31, 32, 33, 34, 143

Institución de educación superior 80

Isolamento social 36, 69

L

Litigância climática 139, 140, 141, 145, 151, 152, 153, 158, 160

M

Mapeamento sistemático 99, 100, 101, 104, 105, 114

Mudanças climáticas antropogênicas 140

O

Organização das Nações Unidas 31, 34, 43

Organização Mundial da Saúde 31, 36

P

Periodo acadêmico 75, 81, 82, 84

Política nacional de agricultura familiar 2, 3

Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 35, 113, 123, 129, 152, 158

Políticas públicas de desenvolvimento rural 1, 2, 7, 8, 14, 17

Produção agrícola 3, 31, 32, 34

Produção global 1

Produtores rurais 1

Projetos produtivos 18, 19, 20, 27

Puesto laboral 162

R

Reforma psiquiátrica 35, 37, 38, 39, 44

S

Segregação 36, 131

Sociedade sem manicômios 37

T

Trabajadores 162, 164, 165

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

